

# Cultura, Cidadania e Políticas Públicas

Alvaro Daniel Costa  
(Organizador)



 **Atena**  
Editora

Ano 2019

Alvaro Daniel Costa

(Organizador)

Cultura, Cidadania  
e Políticas Públicas

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C968 Cultura, cidadania e políticas públicas [recurso eletrônico] /  
Organizador Alvaro Daniel Costa. – Ponta Grossa (PR): Atena  
Editora, 2019. – (Cultura, cidadania e políticas públicas – v.1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-077-3

DOI 10.22533/at.ed.773192501

1. Educação – Brasil. 2. Cidadania. 3. Políticas públicas –  
Educação. 4. Prática de ensino. 5. Professores – Formação. I. Costa,  
Alvaro Daniel.

CDD 323.6

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra *“Cultura , Cidadania e Políticas Públicas”* possui uma série de 84 artigos que abordam os mais variados temas nas áreas relacionadas a área de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Educação.

O volume I é intitulado “cultura, políticas públicas e sociais” e mostra a diversidade de análises científicas em assuntos que vão desde uma análise sociocultural perpassando pelas questões socioeconômicas da sociedade brasileira e latino-americana.

Já o volume II intitulado *“educação, inclusão e cidadania- práticas pedagógicas na cultura educacional”* é inteiro dedicado a área educacional, com textos de pesquisadores que falam sobre uma educação inclusiva em assuntos como autismo, formação profissional nas mais diversas áreas dentro do espectro educativo, além de uma análise sobre os impactos da reforma do ensino médio e sobre lo direito fundamental à educação.

No terceiro volume o assunto é no que tange as *“práticas educacionais, mídia e relação com as políticas públicas e cidadania”* sendo esse volume uma continuidade dos artigos da parte II com artigos que falam sobre práticas pedagógicas, além de textos que trazem sobre assuntos da área comunicacional.

A quarta e última parte é intitulada *“cultura, literatura, educação e políticas públicas- questões multidisciplinares”* e possui uma versatilidade temática que vai da área literária e novamente sobre algumas práticas pedagógicas.

A grande diversidade de artigos deste livro demonstra a importância da análise de temas que dialogam com as práticas de políticas públicas, sejam através da área educacional, comunicação ou aquelas que analisam a sociedade a partir de um viés histórico, cultural ou até mesmo econômico.

Boa leitura!

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
CULTURA E COMPLEXIDADE NOS PROJETOS E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS CONTEMPORÂNEAS	
<a href="#">Maria Beatriz Afflalo Brandão</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7731925011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>16</b>
ACERVO MATERIAL E DOCUMENTAL: A MEMÓRIA HISTÓRICA COMO POLÍTICA CULTURAL	
<a href="#">Sílvia Rachi</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7731925012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>28</b>
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO EM RIO VERDE - GO	
<a href="#">Ana Paula Felix Arantes</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7731925013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>36</b>
CULTURA E DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES: POLÍTICA CULTURAL PARA QUEM?	
<a href="#">Carla Cristina Rosa de Almeida</a>	
<a href="#">João Policarpo Rodrigues Lima</a>	
<a href="#">Maria Fernanda Gatto</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7731925014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>52</b>
PATRIMÔNIO CULTURAL EM PERIGO – A ARTE FUNERÁRIA E O DESCASO COM SUA PROTEÇÃO EM JUIZ DE FORA/MG	
<a href="#">Leandro Gracioso de Almeida e Silva</a>	
<a href="#">Marlise Buchweitz</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7731925015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>63</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E CONDIÇÕES ESTRATÉGICAS DE FOMENTO À ECONOMIA CRIATIVA: O CASO BRASILEIRO DA PERSPECTIVA DO PLANO DA SECRETARIA DE ECONOMIA CRIATIVA (2011-2014)	
<a href="#">Jessica Rani Ferreira de Sousa</a>	
<a href="#">Henrique César Muzzio</a>	
<a href="#">Jackeline Amantino de Andrade</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7731925016</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>76</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITO DA PESSOA IDOSA: ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DE IDOSOS/ AS USUÁRIOS/AS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DO IDOSO - CRI DO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA-PE	
<a href="#">Flávia Pereira de Sá</a>	
<a href="#">Elizangela Maria Vieira Dantas</a>	
<a href="#">Josenildo André Barboza</a>	
<a href="#">Maria do Socorro Souza Lima</a>	
<a href="#">Mariana dos Santos Silva</a>	
<a href="#">Fábia Maria de Santana</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7731925017</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>87</b>
CULTURA DIGITAL E FACEBOOK: ALIENAÇÃO TÉCNICA E A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL	
Thiago Oliveira da Silva Novaes	
DOI 10.22533/at.ed.7731925018	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>100</b>
O FLUXO MIGRATÓRIO COMO ÚNICA OPÇÃO PARA MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA	
Cristiane Feldmann Dutra	
Roberta Gabriela Sucolotti de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.7731925019	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>116</b>
EDUCAÇÃO DO CAMPO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O PROJovem CAMPO – SABERES DA TERRA	
Cristina Xavier	
Gabriela dos Santos Silva	
Ramofly Bicalho dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.77319250110	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>128</b>
RELATO DE EXPERIÊNCIA: TRILANDO OS CAMINHOS DO ENVELHECIMENTO ATIVO NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA-PE	
Flávia Pereira de Sá	
Elizangela Maria Vieira Dantas	
Josenildo André Barboza	
Maria do Socorro Souza Lima	
Mariana dos Santos Silva	
Fábia Maria de Santana	
DOI 10.22533/at.ed.77319250111	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>134</b>
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NO SETOR PÚBLICO	
Jefferson Davi Ferreira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.77319250112	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>143</b>
OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA PRÁTICA DO CONTRABANDO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Marcela Fróes da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.77319250113	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>161</b>
EMPRESAS SUSTENTÁVEIS NO BRASIL: SUAS AÇÕES NA ÁREA CULTURAL E AS LEIS DE INCENTIVO FISCAL	
Mariana de Barros Souza	
Adriana Cristina Ferreira Caldana	
Lara Bartocci Liboni	
DOI 10.22533/at.ed.77319250114	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>180</b>
OS CONCEITOS ORIENTADORES PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS EM	

ESTADOS PARTES DO MERCOSUL

Renner Coelho Messias Alves

Janaina Machado Simões

DOI 10.22533/at.ed.77319250115

**CAPÍTULO 16 ..... 194**

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO AMAZONAS

Michele Lins Aracaty e Silva

Lorena Ravielly Carlos Almeida

DOI 10.22533/at.ed.77319250116

**CAPÍTULO 17 ..... 214**

PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA COM MULHERES CAMPONESAS

Márcia Alves da Silva

Carla Negretto

DOI 10.22533/at.ed.77319250117

**CAPÍTULO 18 ..... 226**

ARRASTÕES DE SÃO JOÃO: A TRANSFORMAÇÃO DO COSTUME EM PRODUTO E O CONSUMO CULTURAL NO RECÔNCAVO BAIANO

Everton Conceição Santos

DOI 10.22533/at.ed.77319250118

**CAPÍTULO 19 ..... 232**

A FESTA DO CAMINHONEIRO: TURISMO RELIGIOSO E CULTURAL NA CIDADE DE ITABAIANA/SE

Leylane Meneses Martins

DOI 10.22533/at.ed.77319250119

**CAPÍTULO 20 ..... 246**

ALMA E RESSONÂNCIA DOS ESPAÇOS CEMITERIAS: EM FOCO, OS *BRITISHES CEMETERIES* NO NORDESTE

Davi Kiermes Tavares

José Paulo Siefert Brahm

Diego Lemos Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.77319250120

**CAPÍTULO 21 ..... 259**

ANÁLISIS FESTIVAL ESTÉREO PICNIC: CRECIMIENTO DE LOS FESTIVALES Y LA OFERTA MUSICAL EN COLOMBIA (2010-2015)

Daniela Herrera Dimaté

DOI 10.22533/at.ed.77319250121

**CAPÍTULO 22 ..... 272**

EXTRATIVISTAS BRASILEIROS DESLOCADOS DA AMAZÔNIA BOLIVIANA: MUDANÇAS NOS MODOS DE VIDA

Emilson Ferreira de Souza

DOI 10.22533/at.ed.77319250122

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 287**

## EXTRATIVISTAS BRASILEIROS DESLOCADOS DA AMAZÔNIA BOLIVIANA: MUDANÇAS NOS MODOS DE VIDA

**Emilson Ferreira de Souza**

PPGSA-UFPA [emilsonfesou@gmail.com](mailto:emilsonfesou@gmail.com)

**RESUMO:** A fronteira estudada em nossa pesquisa tem sua história ligada à frente extrativa da borracha, que emergiu no século XIX, estendeu-se ao início do século XX e ao período que envolve a 2ª Guerra Mundial, levando milhares de trabalhadores nordestinos a migrarem para a Amazônia, transformando-os em seringueiros solitários, presos pelo “inferno verde”. Com a chegada da frente pecuarista, nas décadas de 1970 e 1980, no estado do Acre, os fazendeiros forasteiros transformaram seringais nativos em fazenda de criação de gado, o que provocou deslocamento massivo dos trabalhadores da seringa para cidades acreanas e para a região fronteira de Pando, na Bolívia e Madre de Dios, no Peru. Com as mudanças políticas do estado boliviano, a partir do ano de 2006 ocorreu novo deslocamento compulsório de centenas de famílias de seringueiros brasileiros que viviam na faixa de 50 km de seu território, para cidades e para projetos de assentamento do INCRA, no Acre. O objetivo que norteia esta pesquisa é identificar efeitos sociais deste deslocamento compulsório sobre a cultura desses extrativistas, realocados em novos espaços sociais, geográficos e econômicos. Portanto, a problemática desta

pesquisa é: que efeitos sociais o deslocamento compulsório exerce sobre a cultura desses trabalhadores, realocados em novos espaços sociais, geográficos e econômicos na atualidade? Os dados coletados foram reunidos com arranjos próximos ao do método fílmico de exploração (FRANCE, 2008), em três momentos: nos anos de 2006, 2012 e 2016. Por meio desse procedimento metodológico são captadas entrevistas semiestruturadas, que permitem o acesso à visão de mundo desses sujeitos. Os resultados mostram que esses seringueiros viviam do extrativismo associado à produção camponesa da agricultura na fronteira boliviana, mas os deslocamentos compulsórios os colocaram diante de uma nova condição social, geográfica e econômica, afetando sua força de trabalho e suas relações de produção e consumo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Seringueiros. Fronteira. Método Fílmico.

**ABSTRACT:** The frontier studied in our research has its history linked to the extractive front of rubber, which emerged in the nineteenth century, extended to the beginning of the twentieth century and the period that involves World War II, leading thousands of Northeastern workers to migrate to The Amazon, turning them into solitary tappers, imprisoned by the “green hell.” With the arrival of the cattle ranch in the

1970s and 1980s in the state of Acre, foreign farmers turned native rubber ranches into a cattle ranch, causing massive displacement of syringe workers to Acre towns and to the border region of Pando, Bolivia and Madre de Dios, in Peru. With the political changes in the Bolivian state, as of 2006, there was a new compulsory displacement of hundreds of Brazilian rubber tappers' families living in the 50 km range of their territory, to cities and to INCRA settlement projects in Acre. The objective of this research is to identify the social effects of this compulsory displacement on the culture of these rubber tappers, reallocated in new social, geographic and economic spaces. Therefore, the problem of this research is: what social effects does the compulsory displacement exercise on the culture of these rubber tappers, reallocated in new social, geographic and economic spaces today? The collected data were grouped with arrangements close to the exploratory film method (FRANCE, 2008), in three moments: in the years of 2006, 2012 and 2016. Through this methodological procedure semi-structured interviews are captured, which allow access to the vision of World. The results show that these rubber tappers lived from the extractivism associated with the peasant production of agriculture in the Bolivian border, but the compulsory displacements placed them before a new social, geographical and economic condition, affecting their work force and their relations of production and consumption.

**KEYWORDS:** Tappers. Border. Film Method.

## INTRODUÇÃO

O interesse pelos seringueiros como objeto de investigação surgiu quando conclui a formação em cinema pela UNESA/RJ, no ano de 2004. Um pouco antes, assisti a uma entrevista do governador do estado do Acre para a TV Brasil, na qual ele descreveu um pouco da saga dos seringueiros na amazônia e do episódio conhecido como *Revolução acreana*. Recem formado, fui ao encontro desses seringueiros: iniciei uma pesquisa de terreno de forma continuada e demorada, ao longo de oito anos experienciei o cotidiano cultural e a tessitura da vida social desses sujeitos em diferentes situações. Em Rio Branco consegui trabalho como docente em um faculdade local e passei a produzir e dirigir, como produtor independente da TV Aldeia (TV Educativa – AC), Interprogramas (espécie de mine documentários), voltados para história, cultura e legado dos seringueiros.

O estado do Acre é composto por pouco mais de vinte cidades e todas emergiram em alguma medida de relações com seringais, o que torna a memória da borracha muito viva, dominando o imaginário desse povo, que em sua maioria são ex-seringueiros ou seus descendentes.

Em busca de entender o tecido social desse espaço fiz incursões através da observação participante (COSTA, 2012), o que me possibilitou uma série de novas relações sociais. Pude observar objetos e símbolos, observei pessoas, atividades, comportamentos, interações verbais, maneiras de fazer, de estar e de dizer; observei situações, ritmos, acontecimentos, arranjei “informantes privilegiados” (COSTA, 2012);

procurei conhecer os artistas locais e suas obras., busquei privilegiar a informalidade nas mais variadas situações rotineiras do cotidiano. Mas foi a partir da produção do filme etnográfico “*Lá Rota Del Pacífico: culturas de fronteira*” (2006), que direceionei meu foco investigativo para os seringueiros brasileiros que viviam na faixa de 50 km da fronteira Amazônica boliviana com o estado do Acre. Durante o mestrado em Linguagem e Identidade no PPGL/UFAC, que desenvolvi junto com a produção do documentário “*Amazônia Viva*” (2012), ganharam corpo meus dados como objeto de pesquisa científica, através do uso parcial dos arranjos do “método fílmico de exploração”, proposto por France (1998).

O método fílmico de exploração, em linhas bem gerais, tem como princípio a ida a campo, com aparelhos audiovisuais, situação em que o pesquisador opera uma câmera, capta o som direto e coleta a maior parte das informações na forma de esboços fílmicos, “procurando descrever o mais detalhadamente possível o objeto de estudo” (MATSUMOTO, 2009, p.224). Para análise dos dados é necessário fazer a “obeservação diferida” (FREIRE; LOURDOU, 2009), que consiste em rever os esboços fílmicos varias vezes.

Adoto a perspectiva de deslocamento compulsório a partir de Maganhaes (2007), que o define como:

O processo pelo qual determinados grupos sociais, em circunstâncias sobre as quais não dispõem de poder de deliberação, são obrigados a deixar ou a transferir-se de suas casas e/ou de suas terras. Há, portanto, um conteúdo de cerceamento do poder decisório no interior do próprio grupo social, advindo de uma intervenção externa.

A problemática que norteia a pesquisa é: que efeitos sociais este deslocamento compulsório confere à cultura desses seringueiros, realocados em novos espaços sociais, geográficos e econômicos. O aporte teórico se volta para a antropologia simbólica, de Geertz (1989), que consiste em ver a cultura como um conjunto de textos ao qual cabe ao pesquisador decifrar.

O trabalho organiza-se em três itens. No primeiro, exponho aspectos históricos da constituição dos trabalhadores seringueiros no Acre; em seguida, discorro sobre os procedimentos metodológicos do trabalho de campo; e na sequência apresento a descrição e análise dos dados.

## CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Até início do sec. XIX (RIBEIRO, 1995), a população amazônica concentrava-se

---

1 Na ocasião, ganhei um prêmio pelo projeto DOCTV 3 – programa de fomento à produção e teledifusão do documentário brasileiro, promovido pela Secretaria do audiovisual do Ministério da Cultura, Fundação Padre Anchieta/ TV Cultura e Associação Brasileira das Emissoras Públicas.

2 Filme realizado pela Lei Rouanet de incentivo a cultura, com patrocínio da Eletrobrás.

nas bordas dos rios Amazonas e Solimões, mas com o incremento da indústria europeia e norte-americana de automotores demuda a borracha dos seringais amazonenses em matéria prima industrial de enorme busca. Esta demanda incitou o fluxo humano de emigração de em torno meio milhão de nordestinos para explorar os seringais nativos, aprovendo a necessária mão-de-obra à economia da borracha; espalharam pelo vale inteiro, ascendendo os altos cursos dos rios, até então inatingidos, à caça das concentrações de seringueiras nativas e das outras plantas gomíferas da floresta. Assim, depois de eliminar um quantitativo imenso da população indígena do vale, o extrativismo vegetal consumiu também enormes contingentes nordestinos, sobretudo sertanejos. A economia extrativista criou os portos de exportação de borracha da Amazônia e seu aguadeiro de vilas e cidades auxiliares. Belém, no delta, e Manaus, no curso médio do rio Amazonas, tornam-se grandes centros metropolitanos (RIBEIRO, 1995).

O espaço conhecido hoje como estado do Acre foi ocupado no sec. XIX por grandes levadas desses trabalhadores nordestinos a procura da *hevea brasiliensis*, para exploração da borracha. Até então somente populações indígenas viviam por ali, e também algumas centenas de peruanos que exploravam a extração do caucho, no vale do Alto Purus e alguns bolivianos no vale do Rio Acre, que começaram a explorar as gomas naturais (PAULA, 1991). Os nordestinos se espargiram ao gosto da peripécia, da audácia em empreender espaços não sabidos, cheios de ameaças de vida: enfermidades, assaltos de índios e de animais (TOCANTINS, 2003).

Esses sujeitos receberam várias denominações (PAULA, 1991) ao longo de sua estada no Acre. Passaram a ser tratados primeiro como “brabos”, quando migraram do Nordeste para Amazônia, depois, quando apreenderam o ofício do seringal, receberam o nome de “mansos”. Durante a Segunda Guerra, período que novamente nordestinos migraram para Amazônia, foram chamados de “arigós”. Quando começaram a serem expulsos dos seringais, nos anos de 1970, pelos “paulistas”, receberam a denominação de “acreanos” (PAULA, 1991).

O cômodo amazônico do engenho açucareiro, da grande lavoura comercial ou da fazenda de criação de gado das áreas pastoris é um empreendimento extrativista florestal, incipientemente capitalista: o seringal (RIBEIRO, 1995). Para formação de um seringal, os seringalistas junto com os seringueiros subiam os rios à procura de áreas com maior concentração de árvores de seringa, ao encontrar a área que mais lhes convinha, davam início à organização do seringal para montar a empresa extrativista. A presença do seringalista e o conjunto de regras que estabelecia para o funcionamento da empresa extrativista faziam com que fosse reconhecido pelos seringueiros como o “patrão”, a autoridade suprema naquela faixa da floresta (PAULA, 1991). As regras impostas pelo sistema seringal irrompem, mesmo que temporariamente, com o padrão de reprodução familiar, levando a um processo por eles comentado como “desumanização”. A falta de mulheres nos seringais ou a “proibição” da vinda das famílias eram contrabalançadas pela prática de sexo com animais; pela caça

às mulheres indígenas, pelos delitos violentos na contenda pelas poucas mulheres existentes; pelos estupros; e pelo incesto entre irmãos (ESTEVES, 2010).

Empresários, donos de Casas Aviadoras, das cidades de Manaus e Belém, através do capital internacional e nacional, financiavam as atividades extrativistas na floresta acriana. Os trabalhadores nordestinos foram atraídos para a floresta, fugindo da seca e, com a promessa de enriquecimento, foram convertidos em seringueiros solitários, presos pelo “inferno verde”. Estes sujeitos foram inseridos no “centro” do sistema produtivo do seringal.

O seringal era organizado da seguinte forma: o dono do seringal era o seringalista e ficava na “margem”; residia geralmente nas beiras dos rios, onde havia um pequeno porto, com casas para o seringalista ou seu gerente e funcionários envolvidos em afazeres diversos, como os carregadores, caixeiros, guarda-livros, gerentes. Junto com essas casas ficava também o “barracão”, local onde armazenavam as mercadorias e produtos para os seringueiros e estocavam a borracha por eles produzida (PAULA, 1991). Depois essa produção era escoada pelos navios-gaiolas até Manaus e Belém do Pará. No barracão também se fazia toda a contabilidade da empresa; lá ficavam os livros de registro e a conta corrente do seringal. Os seringueiros residiam em pequenas palhoças, em colocações espalhadas pelos seringais. Eles faziam limpeza das estradas de seringas (traçado geométrico que liga um determinado número de seringueiras), corte, faziam a colheita e a defumação da borracha. A empresa extrativista também era composta por mateiros, toqueiros, fiscais de corte, noteiro e comboeiro (ESTEVES, 2010).

O nordestino, transformado em seringueiro inominado nas florestas do Acre (HARDMAN, 2009), chegava com uma dívida pelo transporte até a floresta. Lá, recebia os utensílios para fazer o corte da seringa, recebia também os alimentos para sua manutenção. Em troca, toda sua produção de borracha era entregue no barracão, onde ficava o patrão, para pagar sua dívida.

Enquanto o colono italiano se desloca de Gênova à mais remota fazenda de São Paulo, paternalmente assistido pelos nossos poderes públicos, o cearense efetua, à sua custa e de todo desamparado, uma viagem mais difícil, em que os adiantamentos feitos pelos contratadores insaciáveis, inçados de parcelas fantásticas e de preços inauditos, o transformam as mais das vezes em devedor para sempre insolvente (CUNHA, 1976, p. 132).

Esse sistema de produção, de aviamento, foi cruel para com aqueles trabalhadores, pois, a cada ano, suas dívidas só aumentavam. Os preços dos gêneros alimentícios eram abusivos; a pesagem da borracha era quase sempre errada, roubada. Muitos desses seringueiros morreram na floresta. Alguns poucos conseguiram voltar para o Nordeste.

O seringueiro é quase sempre um escravo das suas dívidas. Frequentemente se revolta e foge. Assisti a chegada de uma dúzia deles em Cruzeiro do Sul e fizeram uma detalhada exposição ao Prefeito. Um disse ter trabalhado para um mesmo patrão durante 12 anos, sem interrupção e ao invés de ver amortizada a sua dívida, no fim desse período, estava devendo-lhe ainda 8 contos de réis. Outros

se queixavam dos preços exagerados dos gêneros que lhes eram vendidos: um 'paneiro' (cesto) de milho que compravam por 60 mil réis, quando em Cruzeiro custava 12 (BARROS, 1993, p. 142).

Por outro lado, os seringalistas e seus financiadores, ficavam cada vez mais ricos, e incentivavam a busca de mais terras, para abrirem mais estradas de seringas, o que fez surgirem colocações de seringueiros por todos os rios acreanos. A única forma de comunicação com o resto do Brasil e o mundo era estabelecida via rios e se dava somente no período das chuvas, quando o volume das águas dos rios aumentava, permitindo a navegação dos navios, que traziam gêneros alimentícios, bebidas, tecidos etc. e escoavam a borracha até as cidades de Belém e Manaus e de lá era distribuída para os principais centros industrializados do mundo.

“O seringueiro é, obrigatoriamente, profissionalmente, um solitário” (CUNHA, 1976, p 150). Estes trabalhadores isolados nos rincões da floresta, diante de uma natureza desconhecida, sem a presença da igreja, de médicos, recorriam aos índios para tratarem suas doenças com ervas, plantas medicinais e rezas, e também para obterem auxílio espiritual. Esses trabalhadores aprenderam com os caboclos e indígenas a sobreviverem na floresta e incorporaram à base de sua alimentação produtos da flora e fauna amazônica, bem como modos, costumes e crenças indígenas locais (RIBEIRO, 1995). A relação dos seringueiros com os nativos foi antagonica, como afirma Pantoja:

A abertura dos seringais e as correrias representam, sem dúvida, uma oposição entre grupos chegantes e os nativos, tendo estes últimos sido alvos de um verdadeiro genocídio e, em especial no caso do sexo feminino, de uma incorporação forçada à sociedade de seringal mediante o casamento com seringueiros nordestinos. Foi visto que entre os índios bravos as diferenças eram grandes, inclusive difíceis de serem mapeadas, e que mantinham relações de troca e bélicas entre si. Mas, de um ponto de vista mais estrutural, essas diferenças tenderiam a subsumir sob um processo violento e esmagador de dominação (...). O acervo de técnicas e conhecimento sobre a natureza hoje manipulado pelos seringueiros deve muito aos homens e mulheres indígenas incorporados à sociedade de seringal. Houve tragédia, mas houve também reconstituição da vida. (PANTOJA, 2008, pp. 156, 365)

O tempo áureo da borracha (SOUZA, 2001), para o Brasil, começou a findar por volta de 1912, após empresários ingleses e holandeses contrabandear sementes das seringueiras brasileiras e fazerem plantio na Ásia, nos países: Ceilão, Indonésia e maciçamente na Malásia, com novas tecnologias e eficiência aumentando sua produtividade. Começaram a colocar essa produção no mercado mundial, o que fez o preço da borracha cair, fazendo o extrativismo amazônico entrar em uma forte crise, pois o sistema produtivo que se estabeleceu nessa região era desprovido de avanço tecnológico e de baixa produtividade (SOUZA, 2001).

O impacto que se fez na região gerou certa desarticulação no sistema de aviamento. A dificuldade em abastecer os “barracões” fez os seringalistas incentivar os seringueiros a perpetrar uma agricultura de subsistência, dessa forma, muitos seringueiros se deslocaram para as margens dos rios (PAULA, 1991).

Entre o período de 1920 a 1940, auge da crise da borracha, houve significativas mudanças para os seringueiros: os “barracos” deixaram de ser o único local de comércio e passaram a comercializar também com os regatões (espécie de comerciante ambulante, que desenvolvia seus negócios através de barcos por rios e igarapés amazônicos). Os seringueiros intensificaram a caça de animais silvestres, com o intuito de extrair a carne para sua alimentação e extração de peles, visando o comércio externo, pois o produto alcançava bons preços. A castanha amazônica também passou a ser coletada e exportada com bons preços no mercado internacional (SOUZA, 2001).

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), os japoneses, aliados à Alemanha e à Itália, conquistaram o sudeste asiático, área produtora de borracha para os países aliados: Inglaterra, França e Estados Unidos. O governo Brasileiro assinou acordo com os Estados Unidos através do “tratado de Washington” para reativar os seringais nativos amazônicos e fornecer borracha para esse eixo, o que fez o Acre receber um novo alento de pessoas vindas do nordeste brasileiro, fazendo novamente aquecer a economia da borracha. Estima-se que essa nova migração tenha envolvido de 30 a 50 mil trabalhadores (RIBEIRO, 1995). Esses trabalhadores passaram a ser denominados de soldados da borracha, pois foram alistados como “voluntários” de guerra para extração da borracha amazônica. Foram recrutados trabalhadores urbanos que trabalhavam em construção civil, na indústria têxtil entre outros setores e pequenos proprietários de terras. Muitos deles eram alfabetizados e tinham experiência em movimento sindical (MARTINELLO, 1986).

Com o final da Segunda Guerra Mundial, em meados da década de 1940, os seringais asiáticos foram retomados do Japão. Depois veio a borracha sintética, produzida a partir de restos do petróleo, o que levou novamente os seringais nativos amazônicos a entrarem em colapso, pois o mercado interno brasileiro não conseguia absorver toda sua produção (RIBEIRO, 1995).

Nas décadas de 1970 e 1980, a região amazônica foi alvo de uma política de expansão e ocupação territorial pelo Governo Militar, que incentivou a migração massiva de pessoas do centro Sul e Nordeste do Brasil para a Amazônia, facilitando a compra de terras na região da floresta, para formarem fazendas de gado. Essa política desenvolvimentista trouxe sérios problemas para a região. Com a transformação da floresta em fazendas, iniciou-se a devastação e milhares de quilômetros de mata deram lugar a pastos. Não se pensou nos homens e suas famílias que moravam na mata: seringueiros sobreviventes dos ciclos da borracha e que permaneceram na floresta, com uma cultura extrativista e de subsistência. Centenas de famílias foram deslocadas por estes “paulistas”, como ficaram conhecidos os forasteiros. Nesta fase, estes sujeitos foram divididos em quatro grupos, o primeiro foi viver nas periferias das cidades e acabou ocupando subempregos, o segundo grupo ficou trabalhando nas fazendas de criação de gado, o terceiro grupo, organizados por sindicato, tendo como líder, Wilson Pinheiro, Chico Mendes, resistiu e inauguraram as reservas extrativistas,

o quarto grupo foi viver na área de fronteira do território peruano e boliviano.

Com a política nacionalista do governo de Evo Morales, amparado na constituição boliviana, que não permite que estrangeiros tenham terras na faixa de 50 km da fronteira de seu território, houve um deslocamento compulsório. A partir do ano de 2006, centenas de famílias de seringueiros que ali viviam foram deslocados compulsoriamente para cidades, “matas” e projetos de assentamentos do INCRA no estado do Acre.

Para o entendimento dos efeitos desse deslocamento na vida dos seringueiros da região em análise mobilizei certos procedimentos metodológicos que auxiliaram na coleta de dados, conforme exponho a seguir.

## PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS DO TRABALHO DE CAMPO

O método usado na coleta de dados foi de natureza qualitativa, com procedimentos parciais de uso do “método fílmico de exploração”, “observação diferida” (FRANCE, 2008), e entrevistas semiestruturada.

O método fílmico de exploração tem como princípio, como dito anteriormente, a ida a campo com aparelhos audiovisuais, situação em que o pesquisador opera uma câmera, capta o som direto e coleta a maior parte das informações, na forma de esboços fílmicos, “procurando descrever o mais detalhadamente possível o objeto de estudo” (MATSUMOTO, 2009, p. 224).

A observação diferida consiste em observar várias vezes os esboços fílmicos, para análise dos dados do filme, como também elaboração de novos esboços fílmicos para posterior elaboração do texto escrito.

a observação diferida é feita posteriormente à efetiva ocorrência do fenômeno, graças a dispositivos como os de que trata o texto. (...) dessa forma, penetra-se no laboratório de pesquisa, uma vez que as imagens fílmicas recolhidas, mesmo que imperfeitas – mas que permitem corrigir as falhas da memória, bem como os inevitáveis atalhos das anotações escritas - , constituem, para o pesquisador – cineasta, um segundo trabalho de campo. (FREIRE e LOURDOU, 2009, p. 19).

### *No dizer de France (1988):*

Das informações obtidas durante as entrevistas feitas a partir da visão repetida das imagens surge o material para um texto escrito apoiado no observado filmado. O texto não possui a dupla função de fixar e de estabelecer os fatos móveis e irreversíveis, mas permite que o pesquisador/cineasta proceda ao estabelecimento e à análise fina destes fatos, cujas manifestações a imagem capta e retém, e explicita, sob uma forma mais ou menos coesa, segundo as necessidades, as relações que lhe são subjacentes (...) O texto nada mais é do que o momento necessário deste paciente trabalho de decifração do sensível do qual participa conjuntamente com a observação diferida e a palavra. (FRANCE, 1988, PP 346-347)

O emprego dessa metodologia tem por objetivo compreender mais apuradamente aspectos que envolvem o objeto de estudo e que, por meio de outras técnicas de

observação, não seria possível captá-los, como ruídos, gestos, expressões faciais etc. Neste caso, buscamos observar mais detalhadamente efeitos/impactos sociais provocados pelo deslocamento compulsório sobre os modos de vida dos extrativistas que viviam na faixa de 50 km da fronteira Amazônica boliviana; interesse-me compreender o ponto de vista desses ex-seringueiros, perceber a sua visão de mundo, encontrar seus modos típicos de pensar e sentir, correspondentes às instituições e sua cultura, a sua relação com a vida, (MALINOVSKI, 1997), em seus novos espaços sociais, geográficos e econômicos.

Para o campo realizado em 2006, compus minha equipe com um guia, ex-seringueiro, que residia na faixa fronteira de 50 km do lado boliviano e um técnico de som; a coleta de dados aconteceu em dois momentos. A ocasião era delicada, pois estavam acontecendo as primeiras invasões organizadas por sindicatos de trabalhadores rurais bolivianos nas colocações que residiam os brasileiros. O governo de Evo Morales começara a colocar o exército na região para fazer pressão aos seringueiros brasileiros deixarem suas moradias. Diante dessa situação nosso guia nos aconselhou que seguissemos a pé, sem cavalos e, assim, comboiamos pelos Varadouros da floresta boliviana. Foi uma viagem difícil, andamos por volta de 80 km, carregando equipamentos, roupas; alimentávamos com o que as famílias de extrativistas nos ofereciam; fizemos um campo de quatro dias, captando imagens que achávamos interessantes para a pesquisa, realizando entrevistas com os moradores, questionando-os acerca do modo de vida daquela região, dos conflitos existentes. A segunda parte do campo de 2006 foi feita em dois dias; captamos imagens e entrevistas com os seringueiros no escoar da produção de borracha pela região do Rio Chipamano.

Em novembro de 2012, após o exame de qualificação do meu mestrado, segui para mais uma etapa do campo, fui ao reencontro dos extrativistas interlocutores do campo de 2006, na faixa de 50 km da fronteira Amazônica boliviana e, em cidades acreanas, reentrevistei 13 trabalhadores brasileiros.

Em 2016, após cumprir os créditos de disciplinas do doutorado/PPGSA-UFGA, voltei ao estado do Acre para realizar mais uma etapa do trabalho de campo. Localizei meus interlocutores na cidade de Rio Branco e no PDS (projeto de desenvolvimento sustentável) Nova Promissão.

No item seguinte apresento um recorte dos dados coletados em 2006 e 2012. Em relação aos dados coletados em 2016, não foi possível apresentar discussões em virtude do espaço de tempo da coleta de dados e a confecção deste trabalho.

## **TRAJETORIA DE FAMÍLIAS DE SERINGUEIROS DESLOCADAS DA AMAZÔNIA BOLIVIANA- A DESCRIÇÃO DENSA**

Em nosso primeiro contato com as famílias de seringueiros brasileiros que viviam na faixa de cinquenta quilômetros da fronteira boliviana com o estado do Acre, em 2006,

verifiquei que esses sujeitos viviam do extrativismo, da agricultura de subsistência, da criação de pequenos animais e alguns eram pecuaristas de pequeno porte.

As áreas ocupadas pelas populações tradicionais de seringueiros são os espaços onde se localizam as casas, roças, e aqueles utilizados para caça, pesca (feita em rios, igarapés e lagos) e as atividades de extrativismo vegetal. Logo, a noção de área ocupada corresponde às terras usadas por estes sujeitos, para garantir sua reprodução de modo de vida (BENATTI, 1999).

Para a prática da agricultura, esses sujeitos derrubavam uma porção da “mata”<sup>3</sup>, que variava de um a três hectares, botavam fogo e plantavam seu “legume” (milho, arroz, feijão) e sua “roça”(macaxeira). No intervalo de um ciclo das chuvas para o outro, deixavam a terra descansar, período que nascia uma vegetação rala e arvores de “algodoeiros” e “mulateiros” que são fáceis de derrubar, em que os extrativistas denominam de “capoeira”, mas na medida em que se cultivava nesta terra, em que se preparava o terreno botando fogo, este solo ia “enfraquecendo”, o que os obrigava a fazerem novas derrubadas para cultivarem seus novos roçados. O período de utilização de uma terra desta girava em torno de três anos, depois eles abandonavam este terreno para a floresta se regenerar, uma prática de exploração racional da terra, possibilitando que as futuras gerações possam contar com alimentos e terras férteis suficientes para sua permanência e ao mesmo tempo desfrutar de um espaço sano e ecologicamente equilibrado (BENATTI, 1999). Contudo, aqueles que praticavam a pecuária aproveitavam esta terra usada e plantavam capim aumentando assim a área de pastoril de seus gados.

Esses extrativistas desenvolviam uma agricultura mais próxima do que muitos teóricos denominam de “agricultura de camponês” e “não agricultura família”. Segundo esses estudiosos, o agricultor familiar faz parte de um grupo totalmente integrado ao mercado capitalista, que utiliza os recursos técnicos (trator, adubo, defensível agrícola, acompanhamento técnico etc.) bem como têm acesso às políticas públicas para o campo. No entanto, o camponês insere-se em outro grupo, que pratica relações não capitalistas e busca estresir sua família e seu modo de vida; esse grupo tem resistido ao longo do tempo aos ditames do capital, abrolhando praticamente uma agricultura de subsistência, com técnicas próximas a dos indígenas nativos. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês (FERNANDES, 2001; SAMPAIO, s/d).

A base diária da alimentação desses sujeitos é o arroz com feijão e farinha de mandioca, acompanhada de carne de animais que criavam, como porco, galinha, vaca; peixes pescados nos rios e igarapés da região, porém, a maior fonte de proteínas consumida era a carne de caça (veado, paca, jabuti,...), com preferência para o

---

3 Mata: espaço físico onde se encontram as árvores silvestres, a floresta, a fauna. Na mata se desenvolvem as atividades extrativistas, como a coleta de frutas, castanhas, cipós, madeiras e a exploração do látex. Na mata se pratica a caça de subsistência (BENATTI, 1999).

macaco capelão. Da macaxeira eles derivavam a farinha e a “goma” (polvilho) para preparos das tapiocas; e a consumiam também cozida no café da manhã ou na “hora da merenda” e, preparavam com ela receitas variadas de bolos, o do tipo assado na folha da bananeira se sobressaía nas mesas dessas famílias. A conhecida castanha do Pará era de destaque na alimentação desses atores, quando criança na falta do leite materno substituía-se pelo leite da castanha; ela era usada também no “tempero” dos pratos feitos com carne de caça, com destaque para o “jabuti no leite da Castanha”, nos recheios das tapiocas, bolos, etc. O milho quando o colhiam verde preparavam pamonhas, canjicas e uma série de outros pratos salgados (milho com arroz, milho com galinha caipira, etc.); já quando ele era consumido seco eles faziam um prato denominado de “pão de milho”, o conhecido cuscuz em algumas regiões do Brasil, também produziam o fubá para produção de bolo; o “cura” (conhecido como canjica no centro sul do Brasil e mungunzá em algumas partes do nordeste do país) com leite de castanha. O milho também era usado como principal ração para os animais que criavam.

Da argentária floresta em que viviam extraíam para o consumo, além da carne de animais silvestres e da castanha, uma abissal variedade de frutos. Seus alimentos eram preparados em fogão a lenha ou no fogareiro a base de carvão vegetal de produção própria. Das cidades compravam/consumiam somente o que não conseguiam produzir ou retirarem da mata, como o sal, o sabão, o trigo, etc.

Após três dias de caminhada pelos varadouros<sup>4</sup> da floresta boliviana, visitamos mais uma colocação. Dessa vez, foi a do Sr. Adaildo, o qual se encontrava preparando (derrubada de árvores seguida de fogo) uma capoeira para fazer o plantio do seu “legume”, para depois poder “botar sua roça”. Ele estava vestido de boné, camisa de manga comprida para se proteger do sol, calça jeans e uma bota de borracha para proteção de picada de cobras.

Ele estava preparando a terra para plantar o arroz, depois o milho, seguido do feijão e da mandioca, “não trabalho com agricultura pra venda, ela é somente para meu consumo”.

Adaíldo nasceu na Bolívia, mas foi registrado no Brasil, quando criança seus pais levaram-no para a cidade de Rio Branco - AC, morou lá por quatro anos, depois voltou para a região fronteira da Bolívia e de lá permanecia até aqueles dias. Ele era casado e tinha uma filha, que nasceu na Bolívia, mas assim como ele foi registrada no Brasil. Perguntado por que ele não registrou sua filha na Bolívia, ele respondeu “sou brasileiro e não tenho a intenção de registrar um filho como boliviano”. Para Valcuende (2009, p.199-200), de modo algum a nacionalidade entre os moradores da fronteira se dá de maneira subentendida, porém é uma ideia de nação “frágil”, a qual eles constituem observando o próprio país, muito mais que apreciando o país vizinho,

---

4 Caminho estreito pelo qual se fazem as travessias a pé por dentro da floresta. Em Cunha (1976, p. 167). “Varadouro – legado da atividade heroica dos paulistas compartilhado hoje pelo amazonense, pelo boliviano e pelo peruano – é a vereda atalhadora que vai por terra de uma vertente fluvial à outra”.

estrangeiro. Assim, a noção de nacionalidade se faz entre esses homens e mulheres mais em função de uma fronteira interna, subjetiva que em relação a uma fronteira internacional.

Ele dizia que era feliz morando naquela localidade, pois tinha sossego e podia criar seus animais, mas faltavam escola e posto de saúde na região. E finalizou dizendo que “a gente pensa que a vida na cidade é boa, mas tem direito de viver nela alguns, outros não, eu tenho pouca leitura, então tenho que ficar por aqui mesmo”. O período em que este homem morou na cidade de Rio Branco deixou marcas em sua memória em relação como era viver na zona urbana, ter acesso a serviços como escola e saúde, mas como não se sentia qualificado para o trabalho urbano, ele não tinha “direito” de viver nela, assim, ele era resignado a viver naquela fronteira.

No ano 2012, Adaildo já havia sido deslocado da fronteira boliviana, o encontrei trabalhando no canteiro de obras de uma empresa que estava se instalando no Parque Industrial da cidade de Rio Branco. A saída dele da Bolívia foi difícil, pois estava adaptado com a vida na “mata”, mas já fazia cinco anos que estava morando naquela cidade, estava habituado com a nova vida. Ele se qualificou e estava trabalhando como pedreiro, “antes eu não era nada, fazia de tudo e não tinha uma certificação de nada. Na mata a gente trabalha muito e não tem retorno de nada, aqui a gente trabalha o mês todo e tem um salário, é pouco mas dá pra viver”. Observa - se na fala do entrevistado que ele entende a institucionalização do ofício como fator de determinação de sua identidade. Em seu relato traz as vozes de um discurso empresarial, que propõe a valorização do trabalho qualificado para uma “boa” remuneração. Porém, para ele, sua alimentação era melhor na Bolívia, pois “comia alimentos mais naturais e mais variados”, isto vem de encontro ao que Geertz (1989, p. 61) observa: “nós somos animais incompletos e inacabados que nos completamos e acabamos através da cultura – não através da cultura em geral, mas através de formas altamente particulares de cultura”, neste caso a cultura do homem que nasceu e viveu boa parte de sua vida imersa na floresta tropical amazônica boliviana.

Na Bolívia, Adaildo sabia ler um “pouquinho”, mas ele havia aprendido mais, pois estudava todos os dias depois do trabalho, na cidade de Rio Branco, em uma escola pública. Ele relatou que se o INCRA lhe oferecesse uma terra, ele deixaria o que estava fazendo e voltaria a morar na zona rural, pois ele estava acostumado com aquele sistema de plantar um roçado e criar uma criação. “Lá não é como aqui na cidade se a gente quer comer um bicho, uma galinha tem que comprar”. Nessa dimensão, observa-se como o novo espaço em que esse homem é posto lhe traz novas configurações de existência. Mas para a Bolívia ele não voltaria, “foi bom, mas quando arruinou foi de vez”. Foi onde ele nasceu e morou por mais de 30 anos, “eu tenho saudades, mas trabalhei muito e não tive direito a nada, perdi muito trabalho”. Este homem ao falar de suas lembranças da Bolívia se emocionou e encheu seus olhos de lágrimas. Nesse aspecto, convém citar Geertz (1989, p. 62) “nossas ideias, nossos valores, nossos atos, até mesmo nossas emoções são, como nosso sistema

nervoso, produtos culturais”. Adaildo não voltaria a morar na fronteira boliviana, mas como ele é um “artefato cultural” da floresta tropical, ganhando uma terra do INCRA ele voltaria para sua pátria, que é a “mata”.

Em 2006, em outra colocação visitada, encontramos a família do Sr. Raimundo Nonato, o qual morava na Bolívia há mais de dezenove anos, casado com D. Mirian Moura, uma brasileira que nasceu nesta região de fronteira e com ela teve três filhos nascidos em território boliviano, mas todos foram registrados em cartórios brasileiros, como se tivessem nascido no Brasil. Suas práticas econômicas eram pautadas no extrativismo com a “quebra da castanha” e o corte da seringueira; criava poucas cabeças de gado, fazia diárias como carpinteiro pelas fazendas do Brasil e praticava uma agricultura de camponês.

Diante dos rumores do Presidente boliviano Evo Morales, de deslocar compulsoriamente os seringueiros brasileiros que viviam na faixa de 50 km de seu território, o Sr. Raimundo reagiu dizendo que “não tenho vontade de sair de meu pedaço de chão”, pois o que ele sabia fazer “é cortar uma seringa, é abrir um roçado, na cidade não sei nem por onde começar”. Para ele, a volta para Brasil só poderia acontecer se fosse para a cidade, pois não dispunha de recursos para aquisição de uma terra. A declaração revela distintas identidades desses seringueiros, isto é, eles não são apenas extrativistas, são também homens do campo, que dele precisam para sobreviver. É pela terra que esses homens e mulheres conseguem fazer sua reprodução social, conseguem edificar sua identidade, pois na maioria das vezes são percebidos como nem *eles*, nem *nós*, nem cidadãos, nem estrangeiros, habitando nessa fronteira.

Em 2012 encontramos esta família na cidade acreana chamada Capixaba. Naquele dia o Sr. Raimundo não se encontrava em sua residência e quem me recebeu foi sua esposa D. Mirian Moura. O motivo de terem saído da Bolívia foi a pressão que sofreram por parte dos bolivianos, o medo deles era terem de sair sem conseguir retirar o que eles haviam conseguido conquistar naqueles anos todos de trabalho, foi então que resolveram vender seus animais e foram para o município de Capixaba. Com o dinheiro dessa venda conseguiram comprar um terreno e construíram sua casa. Na Bolívia eles haviam feito inscrição na IOM (International Organization for Migration) e conseguiram ganhar um lote de terra no projeto de assentamento do INCRA, chamado de PDS Nova Promissão. Eles se consideravam mais felizes onde estavam morando agora, pois o marido tinha mais trabalho, ela também trabalhava e seus filhos estavam estudando, “mas eu tenho saudades de onde eu nasci e vivi (Bolívia)”. Seu marido, naquele momento, era pastor presidente de uma Igreja em todo o estado do Acre (ele, quando chegou a Capixaba, começou a frequentar uma igreja e logo fez um curso, mas acabou mudando de religião, na qual é pastor presidente hoje). A igreja foi construída na frente de sua casa, os cultos acontecem três vezes por semana. “Hoje minha vida mudou completamente; cozinho no gás, mas tenho também o fogão a lenha. Lá, a gente tinha fartura de carne de caça, peixe, porco, galinha, aqui tudo tem que comprar,

sem dinheiro não temos nada”. Os novos espaços, geográfico, econômico e social fizeram mudanças nas suas formas de reproduções sociais, passaram de extratores/camponeses para agentes consumidores de alimentos com base na troca de moeda, novos valores sociais foram erguidos e outras fronteiras foram erigidas também - fica demarcada a fronteira entre a cidade e o campo.

Assim como muitos sujeitos desta pesquisa, esse casal leva-nos a perceber como as dinâmicas socioculturais do lugar e do tempo em que estão inseridos instauram-lhes novas relações culturais e, conseqüentemente, novos modos de vida. Dentro da dinâmica global, essas identidades produzem uma variedade de posições de identificação, tornando essas identidades mais plurais, mais políticas, menos fixas (HALL, 2006).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, o objetivo principal foi identificar alguns efeitos sociais forjados pelo deslocamento compulsório sobre a cultura de seringueiros que viviam na faixa de 50 km do território boliviano com o estado do Acre.

Em situação de fronteira, esses sujeitos se situam geograficamente em um espaço e, simbolicamente em outro, pois apesar de estarem em terras bolivianas vivem em dimensões culturais e simbólicas brasileiras. A cultura, nesse ambiente, pode ser pensada a partir de algo que Geertz coloca, um conjunto de hábitos que marcam as formas de vida de uma comunidade.

Entre os efeitos provocados pelo deslocamento dos sujeitos da pesquisa listamos os que seguem: a) mudanças nas relações de trabalho, com a busca de novas alternativas de renda; b) transformações na cultura alimentar, com o consumo de alimentos industrializados e não mais de cultivos próprios; c) alterações, portanto, nas formas de consumo.

É importante observar que esses sujeitos, ao serem deslocados para áreas mais urbanas, também alteram o espaço que passam a ocupar, configurando novos dimensionamentos para os conceitos de cidade.

Os resultados mostram, em síntese, que esses extrativistas viviam de modo quase autossustentável na fronteira boliviana, mas os deslocamentos compulsórios os colocaram diante de uma realidade social, geográfica e econômica bem diferente da que estavam situados, transformando suas forças de trabalho e suas relações com o consumo.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Glimes Rego. **Nos confins do extremo oeste**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993.

BENATTI, José Heder. **FORMAS DE ACESSO À TERRA E A PRESERVAÇÃO DA FLORESTA AMAZÔNICA**: uma análise jurídica da regularização fundiária das terras dos quilombolas e

seringueiros. In: Seminário de Consulta, Macapá – 21 a 25 de setembro de 1999.

COSTA, Antônio Firmino da. **A pesquisa de terreno em sociologia**. In metodologia das ciências sociais. 2012.

CUNHA, Euclides Rodrigues Pimenta da, 1866-1909. **Um paraíso perdido**: reunião dos ensaios amazônicos [por] Euclides da Cunha. Petrópolis, Vozes; Brasília, INL, 1976.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **Do “manso” ao guardião da floresta**. Rio Branco: EDUFAC, 2010

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

FRANCE, Claudine de. **Cinema e antropologia**. Campinas: Editora da UNICAMP 1998.

FREIRE, Marcius, Philippe Lourdou (org). **Descrever o visível**: cinema documentário e antropologia fílmica. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A. 1989.

HARDMAN, Francisco Foot. **A vingança da Hileia**: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Lamento e Dor**: Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará em co-tutela com a École Doctorale Vivant et Sociétés da Universidade Paris 13. Belém : UFPA, 2007.

MALINOVSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. In Ethnologia, n.s., nº 6-8, 1997.

MARTINELLO, Pedro. **A batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o vale amazônico**. In: cadernos UFAC 1. Série C, estudos e pesquisas. Rio Branco – AC, 1986.

MATSUMOTO, Roberta k. **Espaço e tempo na capoeira**: estudo de uma técnica do corpo em antropologia fílmica. In: Descrever o visível: cinema documentário e antropologia fílmica. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PANTOJA, Mariana Ciavatta. **Os Milton**: cem anos de história nos seringais. Rio Branco – AC, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. **Seringueiros e sindicatos**: um povo da floresta em busca da liberdade. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Letras e Ciências Sociais do curso de Pós Graduação em Desenvolvimento Agrícola, 1991.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e sentido do Brasil**. São Paulo, 1995.

SOUZA, Márcio. **Breve história da Amazônia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

SAMPAIO, Vilomar Sandes. **Agricultor familiar e camponês no contexto da questão agrária contemporânea**. In: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/03.pdf> (acessando em: 04/02/2016)

TOCANTINS, Leandro, **Estado do Acre: geografia, história e sociedade**. Rio Branco: Tribunal de Justiça, 2003.

VALCUENDE, Jose Maria e outros. **História e memórias das três fronteiras**. 1 ed. São Paulo: Educ, 2009.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**ALVARO DANIEL COSTA** Mestre em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e também em Bacharelado em História pela UEPG. No ano de 2015 ganhou o 2º lugar no Prêmio José Marques de Melo de Estímulo a Memória da Mídia promovida pela Associação de Pesquisadores de História da Mídia (ALCAR).

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-077-3

